

O CONFLITO ASSIMÉTRICO COLOMBIANO E SUAS LIÇÕES PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

Major Alan Lopes Mellinger

O Major de Infantaria Mellinger é instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), estabelecimento de ensino no qual foi declarado aspirante a oficial em 2001. Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 2010, onde se tornou mestre em Ciências Militares, e a Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) no biênio 2018/2019. Possui os cursos de Comandos e Forças Especiais, Básico Paraquedista e Mestre de Salto, Básico e Avançado de Montanha. Comandou o Destacamento de Ações de Comandos e Forças Especiais, a Companhia de Ações de Comandos e o Destacamento de Operações de Paz do *BRABAT* no Haiti. Realizou o Curso de Lanceiros na Colômbia e especializou-se em Guerra Assimétrica na Escola de Inteligência do Exército Colombiano (mellinger.alan@eb.mil.br).



Os conflitos assimétricos entraram na pauta dos estudos sobre segurança e defesa com maior intensidade a partir da metade do século passado. Nesse contexto, o conflito que ocorre na Colômbia entre agentes estatais e grupos subversivos ou narcotraficantes é um exemplo dessa assimetria.

Mesmo com o atual estado de aparente resfriamento do conflito no território colombiano, ele foi palco de uma das mais longas campanhas irregulares contemporâneas. A tradição colombiana de violenta relação social, profundamente enraizada, renovou o conflito ao longo de décadas, no qual se destacaram como atores relevantes: o Estado Colombiano, notadamente suas forças militares, os inúmeros movimentos revolucionários e subversivos, os cartéis de narcotraficantes, as milícias “paramilitares” e, mais recentemente, grupos criminosos conhecidos como *bandas criminales*.

A inserção continuada de novas motivações em um ambiente político-social

já degradado impulsionou esse conflito. Dentre essas motivações, que muito contribuíram com a perpetuação do flagelo colombiano, o Coronel Alessandro Visacro (2009) destaca:

- a dissociação dos interesses das elites locais com os anseios populares;
- a divergência entre conservadores e liberais;
- a luta entre o campesinato e as elites rurais;
- a fragilidade e a ausência de um poder central que em muitos momentos se mostrou dilapidado;
- o banditismo;
- a militância marxista da década de 60; e
- o incremento de forma exponencial e extremamente rentável da indústria da coca nos anos 80.

A gestação do movimento subversivo compreende o período de 1948 até 1964, com o nascimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), grupo subversivo mais proeminente no conflito. Em 1964, inicia-se uma segunda etapa que se estendeu até 2005, denominada de ação subversiva.

Uma geografia complexa, dotada de áreas de difícil penetração e grandes cidades, como Bogotá e Medellín, cravadas de *comunas* (versão colombiana das favelas brasileiras), onde havia uma profunda ausência do poder central do país e desigualdades sociais, foi um terreno fértil para o surgimento dos grupos subversivos e, depois, de narcotraficantes, que mergulharam o país em um prolongado conflito.

O incremento de novas formas de lutar dos grupos à margem da lei, migrando para

a guerra política, jurídica e psicológica fez com que o conflito perdurasse, mesmo com as importantes vitórias conseguidas pelas Forças Militares Colombianas [1] no campo militar na primeira década do século XXI.

As semelhanças com o Brasil se fazem presentes em muitos aspectos, dentre os quais os desafios sociais enfrentados por ambos países para absorver uma parcela considerável de cidadãos de baixa renda e ressentidos da ausência estatal, além de um território vasto e ainda carente da ação de políticas públicas para integrá-lo.

Segundo a Política Nacional de Defesa brasileira de 2012, “a existência de zonas de instabilidade e de ilícitos transnacionais pode provocar o transbordamento de conflitos para outros países da América do Sul”. Dessa afirmação, conclui-se a importância do conflito colombiano para a nação brasileira.

Assim, é inegável a relevância do assunto. Sua importância está relacionada à estreita ligação entre o Brasil e a Colômbia. Dessa forma, o que ocorre nesse país vizinho pode influenciar diversos atores existentes no Brasil, gerando reflexos para a defesa nacional brasileira e, mais particularmente, para o Exército Brasileiro (EB). Assim, é essencial que a Força Terrestre colha ensinamentos desse conflito, para que possa se preparar melhor para um eventual enfrentamento contra uma ameaça assimétrica.

Diante do exposto, aprender com os ensinamentos de um vizinho tão próximo é, no mínimo, um dever e uma oportunidade significativa para o nosso país. Para facilitar o entendimento, o presente artigo está dividido em duas partes, analisando as ações adotadas, respectivamente, nas áreas operacional e de ensino.

AÇÕES ADOTADAS NA ÁREA OPERACIONAL

As décadas de conflito provocaram uma série de adaptações e uma grande evolução na forma de combater o inimigo assimétrico na Colômbia. Esse fenômeno gerou modificações na doutrina, no material e na estrutura das forças militares, fomentando uma série de capacidades que se apresentaram como uma enriquecedora fonte de ensinamentos que podem ser aproveitados pelo EB.

Considerando que as mudanças se tornaram mais intensas e eficazes a partir do final do governo do presidente Andrés Pastrana e,

principalmente, a partir do governo do presidente Álvaro Uribe, a maioria dos ensinamentos remontam do final da década de 1990 em diante. Assim que ascendeu ao governo, o presidente Álvaro Uribe implementou a “Política de Segurança Democrática”, inaugurando a estratégia de ação direta.

Um dos aspectos mais primordiais a ser analisado foi o aumento quantitativo das forças militares que, saindo de um patamar de 152

mil integrantes, no ano 2000, tiveram um substancial aumento de efetivos. Em 2005, somavam 207 mil militares e, em 2010, alcançaram 285 mil. Analisando em aspectos relativos, o efetivo de militares colombianos por 10 mil habitantes tornou-se maior que o dobro dos brasileiros (ALZATE et al, 2015). Esse fator parece lógico, uma vez que para se combater qualquer conflito, o fundamental é a existência de pessoal suficiente para tal. Entretanto, trouxe consigo o imperioso aumento dos gastos em defesa, chegando aos 6,5 bilhões de dólares em 2015.

Durante toda a história do conflito houve inúmeros ensinamentos que podem ser colhidos pelo EB, devido à proximidade dos países e a transnacionalidade dos ilícitos. Particularmente, a partir do início deste século, os ensinamentos se tornaram mais substanciais para o Brasil

Seguindo uma tendência mundial no combate à ameaça assimétrica, destaca-se o imprescindível incremento de suas capacidades na área de **inteligência, mobilidade e operações especiais**.

Com relação ao incremento, especificamente, de sua capacidade em operações especiais, podemos citar o aumento e reestruturação desse tipo de tropa, que deve ser empregada quando os resultados requeridos estão fora do alcance das forças convencionais e quando se necessita de uma ação cirúrgica para minimizar os efeitos colaterais. Nesse contexto, o Exército Nacional da Colômbia (*Ejército Nacional de Colombia*) [2] mantém tropas especializadas em operações especiais em ambiente urbano e rural. No primeiro, destacam-se as *Agrupaciones de Fuerzas Especiales Urbanas (AFEUR)*, que são orgânicas das divisões de exército. No entanto, a tropa mais treinada em operações urbanas, na Colômbia, são as *Agrupaciones de Fuerzas Especiales Antiterroristas Urbanas (AFEAU)*, que são diretamente subordinadas ao Comando das Forças Militares, equivalente ao Ministério da Defesa do Brasil, e possui militares de todas as forças singulares.

No ambiente rural, estruturou-se a Brigada de Forças Especiais, criada, no ano de 1996, com três batalhões de forças especiais rurais orgânicos (*BAFER* Nr 2, 3 e 4). O *BAFER* Nr 1 é o *Batallón de Comandos Aerotransportado (BACOA)*, criado em 1971 e reestruturado em 2002. Trata-se de uma tropa diretamente subordinada ao Comando das Forças Militares, possuindo militares de todas as forças singulares e tendo a *Agrupación de Lanceros (AGLAN)* como seu elemento de emprego para reconhecimentos especiais. Essas tropas mantêm um intenso treinamento com as forças especiais do Exército dos EUA, principalmente, com o 7º Grupo de Forças Especiais (FILHO, 2016).

As tropas de operações especiais colombianas proporcionam êxitos táticos que se configuram como de alto valor estratégico, contribuindo para a consolidação dos objetivos nacionais (COLÔMBIA, 2011).



Operação Camaleão realizada pelas forças especiais da Colômbia resgatando reféns das FARC.

No que tange à atividade de inteligência, seguiu-se, a partir do governo do presidente Álvaro Uribe, uma melhora significativa, tanto com a criação de novas unidades quanto pela continuação do desenvolvimento da inteligência técnica (FILHO, 2016). Foram criadas unidades regionais de inteligência, com a missão de obter dados por meio de recursos técnicos e humanos, fornecendo apoio às operações das divisões e brigadas. Houve também a criação de uma Direção de Inteligência (DINTE) pelo Exército, para coordenar a administração e os recursos da inteligência, e de Unidade de Inteligência de Sinais (UIS), melhorando consideravelmente a capacidade de monitoramento. Foi criada a Unidade de Inteligência de Alta Mobilidade (UIAM), para reforçar a capacidade de emprego rápido de força. Além disso, houve uma melhora significativa das capacidades de inteligência humana, sobretudo por meio da criação de uma eficiente rede de informantes e pela intensificação da capacidade de infiltração e penetração nos postos de todos os movimentos subversivos e à margem da lei. Ademais, as agências norte-americanas prestaram intenso apoio em inteligência às forças militares, tanto no aspecto de treinamento e fornecimento de equipamentos quanto na troca de informações e dados.

Um grande marco vitorioso da atividade de inteligência colombiana foi a exitosa Operação Jaque, em 2008, que conseguiu libertar 15 sequestrados das mãos das FARC. Entre eles figurava a ex-candidata à presidência da Colômbia, Ingrid Betancourt, que se encontrava em cativeiro há mais de seis anos.

Nessa operação foram empregados modernos conhecimentos de inteligência de sinais para interceptar as comunicações das FARC, fazendo-se passar por um posto rádio dessa organização narcoterrorista. Também foi empregada a inteligência humana, por meio de agentes disfarçados de integrantes de organizações não governamentais (ONG) de direitos humanos [3]. Nessa operação, não foi executado nenhum disparo nem ocorreu a perda de vidas humanas (TORRES, 2008).



Resgate de Ingrid Betancourt.

Fechando a tríade exitosa **operações especiais – inteligência – mobilidade aérea**, discutiremos esta última. Ainda no governo do presidente Andrés Pastrana e no contexto do combate ao narcotráfico, houve a aquisição de 72 novas aeronaves de asa rotativa, por intermédio do pacote de helicópteros do Plano Colômbia [4], que custou em torno de US\$ 260 milhões e foram destinadas à Brigada de Aviação do Exército. Com a continuidade do aporte financeiro dado pelos EUA, permitiu-se continuar, no governo do presidente Álvaro Uribe, a tendência de aquisição de aeronaves desse tipo. Eram empregadas tanto para auxiliar as tropas em terra, por meio de apoio aéreo aproximado e de transporte, quanto para realizar missões de reconhecimento. Assim, nesse período, houve a aquisição de um helicóptero *Bell 212* e de dois *UH-60 Black Hawk*, pela Força Aérea, e de três helicópteros *Mi-17* e de 13 *UH-60 Black Hawk*, pela aviação do Exército (FILHO, 2016).

As unidades aéreas do Exército foram distribuídas por todo o território nacional. Seguindo o modelo estadunidense, foi criado

um batalhão de operações especiais de aviação, destinado especificamente ao apoio das tropas dessa natureza (COLÔMBIA, 2011).

Esse tripé configurou-se como a fonte integradora que trouxe mais êxitos para as forças militares na luta contra as FARC e o ELN. Exemplos práticos dessa integração são as várias operações executadas de forma sistemática contra acampamentos guerrilheiros com elementos chaves dos grupos narcoterroristas. Dentre os exemplos desse tipo de operação, pode-se citar as Operações *Camaleão* e *Phoenix*, sendo esta última a ação bastante audaz e diplomaticamente controversa que eliminou Raul Reyes, um dos líderes das FARC, em território equatoriano, em 2008.

Essas operações seguiam uma dinâmica bastante consagrada. Primeiro ocorriam inúmeras operações de inteligência com a infiltração de agentes na guerrilha com o intuito de assinalar com exatidão o posicionamento de um acampamento guerrilheiro. Uma vez estabelecido esse posicionamento, ocorria o bombardeio pela Força Aérea Colombiana. Para a confirmação dos efeitos do ataque, a eliminação de eventuais remanescentes e o recolhimento de indícios que levassem a outros alvos, lançava-se, por meio de um assalto aeromóvel, um *BAFER* apoiado por aeronaves *Arpiás* (helicópteros *UH-60 Black Hawk* artilhados), com a missão de realizar o cerco e o vasculhamento. Esse tipo de operação causou severos golpes à estrutura da FARC e do ELN, contribuindo sobremaneira para o enfraquecimento militar desses grupos narcoterroristas (COLÔMBIA, 2011).

Em 1999, ainda nesse contexto, foi criada a *Fuerza de Despliegue Rápido (FUDRA)*, um marco na melhoria da eficiência operacional do Exército. Hoje, ela é composta por três brigadas aeromóveis, uma brigada de forças especiais e pela aviação do exército. Sua missão é realizar operações ofensivas de combate de forma rápida em qualquer parte do território colombiano contra grupos subversivos ou qualquer outro grupo ilegal. Uma importante operação executada pela *FUDRA* foi a “Gato Negro” (MONROY, 2001). Essa operação capturou um importante líder do braço armado das FARC, Negro Acácio, junto com Fernandinho Beira-Mar, um dos narcotraficantes mais procurados no Brasil, demonstrando, além da eficiência desse novo conceito de emprego de

força, a perigosa ligação que já ocorria entre as FARC e grupos criminosos do lado brasileiro.

Da evolução do conceito da *FUDRA*, foi criada, em 2003, a Força-Tarefa Conjunta Ômega (FUTCO), integrada pela *FUDRA* e suas cinco brigadas aeromóveis. O estabelecimento do seu posto de comando no departamento de Meta, que abrigava inúmeras áreas sob o domínio das FARC, potencializou ainda mais o conceito de forças com grande mobilidade aérea, além de articulá-la diretamente em áreas problema.

Um grande problema enfrentado, na Colômbia, foi a ampla utilização de minas e de artefatos explosivos improvisados (AEI) por parte dos grupos subversivos, notadamente as FARC. Segundo Gazola (2017), em meados dos anos 2000, esse grupo optou por copiar o modelo de guerra empregado no Camboja, durante a Guerra do Vietnã, onde 80% das ações sobre o inimigo eram executadas por meios do emprego de minas e 20% por meio de outras ações militares. As forças militares adquiriram larga experiência nesse assunto. Estima-se que 15% do território colombiano estava afetado por essas armas. Dentre

as medidas tomadas, cabe destacar o desenvolvimento de uma efetiva doutrina contra a utilização de minas e de AEI por parte da guerrilha. Implementou-se, no ano de 2004, o conceito dos grupos *Explosivos y Destrucciones (EXDE)* em reforço aos pelotões para realizarem a desativação de campos minados na área de operações. Outra medida foi a criação de grupos divisionários altamente especializados e modernamente equipados, denominados grupos MARTE, responsáveis pela desativação de qualquer artefato explosivo.

No emprego tático das pequenas frações, padronizou-se as ações em contato com o inimigo assimétrico, intituladas *driles de combate*.

A Escola de Lanceiros foi responsável por sistematizar essas ações, compilando anos de combates contra os grupos narcoterroristas no seu manual e por ensiná-las para as forças militares nos cursos de lanceiros que ocorrem no Forte Tolomaida, sediado na cidade de Melgar. Dentre essas padronizações, destaca-se a forma de reagir ao ser atacado por franco-atiradores, ao cair em um campo minado ou ao ser emboscado por uma força de guerrilha. Por mais trivial que pareça para uma força militar, esse manual conseguiu levar até a ponta da linha dos combates formas eficientes de se impedir pesadas baixas nas forças estatais. Assim, além de melhorar a eficiência operacional das

pequenas frações, contribuiu para aumentar a confiança das forças militares, à medida que diminuía a eficácia das ações inimigas (COLÔMBIA, 2006).

Foram criados os *Batallones de Entrenamiento y Reentrenamiento Táctico*, com o intuito de treinar as unidades convencionais constantemente empregadas nas áreas de operações e de difundir as mudanças que se faziam nas táticas, técnicas e procedimentos (TTP) para combater as novas condutas do ini-

migo assimétrico, adotando-se um programa de rodízios de todas as organizações militares no âmbito das divisões de exército. Instalados em todo o território colombiano, esses batalhões tinham como principal missão adestrar continuamente militares para o combate contra os grupos guerrilheiros. Para o treinamento da *FUDRA* e de outras unidades especiais foi criada a Escola de Treinamento e Adestramento Tático (*ESERT*, na sigla em espanhol), no Forte Tolomaida. Segundo Lima (2015), essa sistemática possibilitou o rápido desenvolvimento doutrinário, uma vez que a evolução do *modus operandi* dos grupos ilegais era transmitida pelos instrutores de forma mais oportuna.

Nesse escopo, a articulação do emprego coordenado da inteligência, da mobilidade aérea e das tropas de operações especiais é uma receita de sucesso que pode ser incorporada às ações do EB, pois temos, nesses aspectos, capacidades semelhantes ao Exército Colombiano.

Com relação ao emprego da artilharia de campanha, viu-se a sua adaptação ao combate irregular (COLÔMBIA, 2011). Em inúmeros casos, as peças de artilharia foram utilizadas para abrir brechas no dispositivo de cerco guerrilheiro, permitindo que grupos de reconhecimento das forças especiais colombianas pudessem retrair. Outro novo conceito apresentado foi a utilização de baterias mistas, empregando morteiros 120 mm e obuseiros 105 mm, em reforço a batalhões de infantaria. Assim, testemunhou-se a necessidade de todas as funções de combate se adaptarem às demandas do conflito assimétrico, flexibilizando a sua doutrina.

Com relação ao material de comunicações, o Exército Colombiano mantém um batalhão de comunicações na cidade de Facatativá, próximo a Bogotá, onde são mantidos e montados todos os rádios portáteis, bem como fabricadas suas respectivas baterias. Nesse local se encontra a única fábrica certificada pela *Tadiran* fora de Israel para montagem de rádios. Tal procedimento barateou a aquisição de novos rádios em cerca de 20% (COLÔMBIA, 2011). Nesse mesmo local, também se encontra uma moderna estrutura de manutenção das rádios modelo *Motorolla*, com rigoroso controle de qualidade e metas de retorno do material para as tropas em combate.

A grande demanda pelos rádios portáteis e o domínio da tecnologia de seus *softwares* impuseram que os batalhões de comunicações colombianos trocassem as chaves dos algoritmos de criptografia, de acordo com as suas necessidades. Como dado médio, tais chaves criptográficas são trocadas em todo o Exército de seis em seis meses ou quando algum rádio é capturado pelo inimigo.

Quanto ao aspecto psicossocial, cabe ressaltar que no local onde são montadas as baterias dos rádios portáteis são empregados somente militares que tiveram algum tipo de seqüela em combate (mutilações ou outros problemas de saúde). Assim, procurou-se manter esses combatentes com o sentimento que ainda são úteis para a nação, contribuindo também para mitigar os problemas psicológicos advindos do estresse de combate (COLÔMBIA, 2011).

Ainda com relação à função de combate comando e controle, a Colômbia desenvolveu e aplicou uma série de projetos na proteção contra ataques cibernéticos. Esse tipo de ataque, cada

vez mais presente no advento da guerra na Era da Informação, fomentou grande mentalidade de contrainteligência e proteção de seus ativos de informação por parte das forças militares.

Com o intuito de se contribuir com o aumento da legitimidade das forças militares e aumentar a sensação de segurança no seio da população colombiana, adotou-se medidas na área de operações psicológicas, na área jurídica e na área dos direitos humanos, tudo com a finalidade de avançar sobre a guerra política impetrada pelo inimigo assimétrico.

As operações psicológicas foram amplamente empregadas, na Colômbia, a partir do início deste século. Frequentemente, utilizavam-se inúmeras campanhas voltadas para variados públicos alvos. Uma campanha que teve uma forte aceitação pela população colombiana e, principalmente, dentro das próprias forças militares foi a intitulada "*FE EN LA CAUSA: comportamiento ético superior*". Essa campanha utilizava os mais variados meios de disseminação, seja por meio de filmetes curtos nos horários nobres das propagandas televisiva ou por *outdoors* espalhados pelas principais cidades do país. Seu objetivo era demonstrar um comportamento do militar colombiano calcado nos mais virtuosos princípios éticos, bem como motivar a população e seus militares a se manterem com fé na causa de vencer o inimigo narcoterrorista (COLÔMBIA, 2011), contribuindo para a conquista da legitimidade das forças militares colombianas.



Resgate realizado durante a Operação Jaque..

O emprego das operações psicológicas foi potencializado com o emprego das companhias de operações psicológicas, orgânicas das divisões de exército. Compostas por um

modelo tático embarcado em caminhões, têm a capacidade de produzir e disseminar vários tipos de campanhas de operações psicológicas por meio de vários métodos, incluindo a mídia impressa. Tal articulação de tropa dessa natureza proporcionou que as campanhas de operações psicológicas chegassem de forma mais eficaz aos locais mais afastados do território colombiano (COLÔMBIA, 2011).

Ainda na busca de maior legitimidade em suas ações, o Ministério da Defesa Colombiano colocou em prática a chamada política integral de direitos humanos. Segundo Vargas (2001), uma forma recorrente de atuação na guerra política dos grupos narcoterroristas era procurar deslegitimar as ações das forças militares por meio de campanhas midiáticas, que objetivavam vincular as ações dessas forças a um imaginário de desrespeito aos direitos humanos. Nesse contexto, a Política Integral de Direitos Humanos estabeleceu uma série de linhas de ação que buscavam:

- a adequação da instrução;
- o fortalecimento da disciplina operacional;
- o estabelecimento de uma adequada retaguarda jurídica aos membros das forças militares;
- a garantia da correta atenção aos chamados grupos especiais; e
- e uma estreita cooperação com outras instituições, em especial com o Poder Judiciário.

Um exemplo de ação dos grupos subversivos, no escopo da guerra jurídica, foi o caso conhecido como “Santo Domingo” (GALINDO, 2009). Nessa situação, uma tripulação de uma aeronave da Força Aérea Colombiana foi condenada judicialmente por ter massacrado civis por meio de um ataque aéreo no departamento de Arauca. Porém, existiam provas irrefutáveis, comprovadas judicialmente, que mostravam as FARC como autora do ato. Entretanto, testemunhas forjadas incriminaram a tripulação e o Tribunal Superior de Bogotá as condenou. Além da condenação dos tripulantes, o Estado teve que pagar alguns milhões de dólares como indenização às famílias das supostas vítimas e foi obrigado a construir um monumento no povoado de Santo Domingo para que não se esquecessem do suposto massacre promovido por seus representantes.

Dentro do fortalecimento da disciplina operacional foram estabelecidas regras de engajamento padronizadas e amplamente divulgadas no âmbito de todas as forças singulares e da Polícia Nacional. Todo militar colombiano portava, em seu uniforme de combate, um resumo dessas regras. Era um cartão miniaturizado com regras vermelhas de um lado e azuis do outro. Basicamente, do lado vermelho, tinham regras para o caso de um enfrentamento no combate terrestre contra alvos estabelecidos em ordem de operações ou como objetivo militar. Do lado azul, expressava-se regras para o uso da força na condução de operações rotineiras de segurança. Configuravam um conjunto de normas simples que integravam obrigações no campo dos direitos humanos em linguagem operacional, estabelecendo as circunstâncias que podem ocorrer o combate e delimitando o uso da força. Assim, evitaram-se possíveis falhas de entendimento dos limites e formas do uso da força em operações, aumentando a legitimidade das ações do Estado.

Dentro da vertente jurídica da guerra política, existiam 1.212 militares colombianos presos, dos quais 312 eram do Exército. Essa população carcerária, entretanto, corresponde somente aos militares privados de sua liberdade em julho de 2015. Ao todo, estima-se que mais de 1.200 militares do Exército colombiano já foram condenados. Cerca de 12.404 militares se encontravam *sub judice* em julho de 2015. Os casos mais recorrentes eram os episódios dos falsos positivos, que se caracterizam pelo assassinato de civis inocentes, os quais eram contabilizados como guerrilheiros para gerar dados estatísticos favoráveis às forças militares (LIMA, 2015).

Entretanto, grande parte desse número de militares condenados eram vítimas de situações forjadas, na qual integrantes dos grupos à margem da lei denunciavam os militares sem que esses tenham cometido crime algum, muitas vezes, somente por terem tomado procedimentos jurídicos controversos no local dos fatos, obtendo, em alguns casos, êxito nessa condenação. Essas condenações produziram, no âmbito das forças militares, grande insegurança jurídica e medo, uma vez que seus integrantes poderiam vir a ser condenados por crimes que supostamente não cometeram ou porque supostamente

foram coniventes com condutas indevidas de subordinados militares (COLÔMBIA, 2011).

Um caso muito emblemático na história colombiana foi a condenação do Coronel reformado do Exército Alfonso Plazas Vega a 30 anos de reclusão pelo desaparecimento forçado de duas pessoas após a retomada do *Palácio de Justicia*, em 1985, em Bogotá, que havia sido invadido por integrantes do Grupo M-19. Nesse atentado, o M-19 fez centenas de reféns e o Coronel Plazas foi o comandante da missão de retomada do Palácio, a qual foi cumprida com pleno êxito tático, porém com a derrota no campo de batalha jurídica décadas depois (COLÔMBIA, 2011).

No intuito de mitigar os crescentes casos de processos judiciais contra militares colombianos, por irregularidades ocorridas no momento de algum enfrentamento com grupos criminais ou narcoterroristas, foram padronizadas, em âmbito nacional, os procedimentos a serem tomados pela primeira autoridade responsável no local de algum fato (COLÔMBIA, 2010).

Adotou-se a cartilha para a Primeira Autoridade Respondente. Nessa cartilha, distribuída para as forças singulares e a Polícia Nacional, estabeleciam-se os oito passos a serem tomados. São eles:

- verificar e confirmar a existência da ocorrência;
 - estabelecer a segurança do perímetro da ocorrência;
 - verificar possíveis artefatos explosivos;
 - verificar a existência de feridos ou mortos;
 - isolar o local da ocorrência;
 - verificar a presença de testemunhas ou participantes da ocorrência;
 - informar o ocorrido ao escalão superior; e
 - entregar o lugar da ocorrência à polícia judicial.
- Cada passo é explicado detalhadamente e tal procedimento contribuiu para diminuir significativamente os problemas judiciais advindos após o enfrentamento com grupos criminosos ou narcoterroristas.

O Ministério da Defesa da Colômbia criou o programa de atenção humanitária ao guerrilheiro desmobilizado por meio de um processo de desarmamento, desmobilização e

reintegração (DDR). Esse processo contribuiu para a segurança e estabilidade em áreas envolvidas em combates com os grupos narcoterroristas, saindo de uma situação de conflito ou de violência organizada generalizada, ao desarmar os combatentes, tirá-los das estruturas milicianas e dotá-los com ferramentas necessárias para a reintegração social e econômica na sociedade civil (COLÔMBIA, 2008).

As unidades das forças militares empregadas nas diversas áreas de operações são incentivadas, por meio de um sistema de pontuação, a desmobilizar os elementos das organizações narcoterroristas, ao invés de simplesmente eliminá-los. Essa pontuação é consolidada em uma escala de respeito aos direitos humanos, onde a unidade militar melhor classificada é destacada perante toda a nação. Assim, essa sistemática contribuiu no aumento da legitimidade nas ações do Estado, à medida que impactou na forma de atuação das unidades.

Da análise do conflito assimétrico colombiano, conclui-se que as ações das forças militares na área operacional pautaram-se por uma reestruturação de suas unidades e pela atualização de suas TTP, a fim de se tornarem mais eficientes, conseguindo enfraquecer militarmente o inimigo assimétrico. Buscou-se, ainda, o amplo emprego das operações psicológicas para melhorar a sensação de segurança no seio da população. Nessa pauta, inovou, também, suas ações no sentido de combater a guerra política no seu viés jurídico e aumentar a legitimidade das forças militares por meio do respeito aos direitos humanos.

AÇÕES ADOTADAS NA ÁREA DE ENSINO

Acompanhando as modificações operacionais, a Colômbia adotou, também, uma série de medidas na área de ensino de suas forças militares que influenciaram o aumento da eficácia de suas ações.

Uma importante medida adotada foi a ativação, no ano de 1999, do Centro de Educação Militar (CEMIL). Encarregado de planejar, dirigir e administrar a capacitação e especialização integral dos oficiais, praças, soldados profissionais e civis, o CEMIL trabalha de forma coordenada e permanente

os diferentes cursos das armas e suas especialidades (COLÔMBIA, 2010). São quinze escolas concentradas no complexo situado, no *Cantón Norte*, em Bogotá. Nesse contexto, pode-se visualizar que trata-se de uma instituição de educação superior inovadora, moderna e competitiva no desenvolvimento educacional. Esse grande instituto capacita, anualmente, cerca de 20 mil alunos. Essa centralização facilitou a integração e a logística dos vários ramos de ensino do Exército Colombiano, permitindo um sólido alinhamento com o projeto pedagógico de mais alto nível na Colômbia e facilitando a adaptação às novas demandas do conflito assimétrico latente.

Outra medida adotada pelo Exército, em 1999, foi a ativação do *Centro Nacional de Entrenamiento (CENAE)* localizado no Forte Tolemaida, para desenvolver os cursos de especialização na área de combate, formação de soldados profissionais e adestramento das unidades especiais e brigadas móveis. Nesse Forte se encontram reunidas:

- a Escola de Lanceiros;
- a Escola de Tiro;
- a Escola de Forças Especiais;
- a Escola de Paraquedismo;
- a Escola de Treinamento e Adestramento Tático;
- a Escola de Assalto Aéreo;
- a Escola de Aviação do Exército; e
- a Escola de Soldados Profissionais.

Essa centralização proporcionou um incremento no intercâmbio entre todas as escolas de especialização no combate irregular, bem como potencializou a difusão das inovações que traziam bons resultados táticos contra o inimigo assimétrico (COLÔMBIA, 2011).

A área de ensino sofreu forte influência no escopo da guerra política. Destaca-se a criação da Escola de Justiça Penal Militar (EJPM), criada no ano de 2003, nas dependências do CEMIL, para formar os quadros especialistas em justiça penal militar. Eles estão sendo distribuídos por todo o território nacional, melhorando o assessoramento jurídico para as tropas na ponta da linha e aumentando a segurança jurídica das forças militares. A EJPM participou ativamente na elaboração das diretrizes para os procedimentos jurídicos nos enfrentamentos com grupos à margem da lei,

bem como na construção e difusão das regras de engajamento. Com isso, aumentou-se a liberdade de ação das forças militares.

Também, no ano de 2003, foi criada a Escola de Direito Internacional Humanitário, localizada no Complexo do *Cantón Norte* em Bogotá, com a missão de especializar os quadros das forças militares no assunto de direitos humanos. Segundo Vargas (2001), nas últimas décadas, as ações do Estado foram muito contestadas, sendo inúmeros casos levados à Corte Interamericana dos Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA). A Colômbia acabou sofrendo forte pressão internacional para tomar atitudes nesse sentido. Uma reação a essa pressão foi a criação da mencionada escola, seguindo o Plano Estratégico do Sistema Educativo - PESE (COLÔMBIA, 2010). Essa iniciativa conseguiu que a mentalidade de respeito aos direitos humanos fosse mais difundida em todo país. A transmissão dos valores e princípios institucionais e a promoção da ética, da disciplina militar e da disciplina policial tornaram-se mais efetivas. Isso contribuiu para a plena assimilação e interiorização dos direitos humanos, melhorando os níveis de acreditação internacional das unidades em operações, aumentando a sua credibilidade e a sua liberdade de ação no conflito assimétrico.

Dentro da política integral de direitos humanos, adotou-se o modelo único pedagógico (MUP), caracterizado por um programa educativo das forças militares estruturado em seis níveis, mensurando o aprendizado segundo as necessidades operacionais e os níveis de responsabilidade, por meio de uma metodologia baseada na prática (COLÔMBIA, 2010). Os programas curriculares e a capacitação de instrutores e docentes foram unificados no âmbito das forças militares e policiais.

O MUP integrou as normas dos direitos humanos aos currículos em todos os níveis hierárquicos, de acordo com o seu grau de responsabilidade, mediante a adoção gradual em diferentes escolas de formação, capacitação e treinamento.

Assim, o MUP fortaleceu a ideia de que as forças militares respeitam os direitos humanos, aumentando a sua legitimidade perante a comunidade internacional e no seio da sua própria população.

Ainda no início deste século, ocorreu, também, a criação da Escola de Missões Internacionais e Ação Integral (ESMAI), responsável pela especialização na área de operações psicológicas (COLÔMBIA, 2011). Seguindo um modelo preconizado pelo Exército dos EUA, os oficiais são responsáveis pelo planejamento das campanhas de operações psicológicas e os graduados pela elaboração dos produtos de disseminação. Tudo isso é ensinado nos cursos conduzidos pela ESMIAI, visando aumentar a capacidade de influenciar e de mudar a atitude dos vários públicos-alvo a serem estabelecidos, inclusive angariando o apoio mais efetivo da população.

Outra medida adotada na área de ensino foi a condução do Curso Internacional de Guerra Assimétrica, contando com a participação de brasileiros nos anos de 2010 e de 2011. Esse curso visava sistematizar o conhecimento do Exército Colombiano na área dos conflitos assimétricos, fazendo com que as escolas mais importantes apresentassem os seus ensinamentos nessa área. Além da difusão dos ensinamentos colhidos e consolidados ao longo de vários anos de conflito, ocorreu a troca de experiências entre alunos de vários países, principalmente, do continente americano.

O Exército Colombiano tem intensificado o intercâmbio internacional, por meio de cursos de especialização destinados a alunos das nações amigas, particularmente, brasileiros. Nessas oportunidades a Colômbia vem projetando poder, ao se colocar como vanguarda no combate assimétrico, estreitando amistosas relações internacionais. Tais fatores se mostram fundamentais para o êxito no conflito assimétrico, pois normalmente as ameaças são transnacionais e a cooperação entre os países, principalmente, aqueles que fazem fronteiras, facilita a diminuição da liberdade de ação dos grupos subversivos e à margem da lei.

Foi consolidado o método de estudo de situação para os comandantes em todos os níveis, denominado *Proceso Militar en la Toma de Decisiones (PMTD)*. Ele está baseado na doutrina estadunidense e se assemelha muito ao Exame de Situação do Comandante Tático adotado no EB. O processo segue sete passos que culminam com a aprovação de uma linha de ação e com a elaboração de planos e ordens (COLÔMBIA, 2011). A sistematização do processo para se chegar a uma decisão permitiu a ampla difusão de uma ferramenta para que se tome decisões mais acertadas, pois possibilita a análise mais profunda dos fatores que influenciam no conflito assimétrico.

Da análise desse conflito colombiano na área do ensino, conclui-se que as ações adotadas pelo Estado, particularmente, pelas suas forças militares, enfatizaram a centralização dos seus estabelecimentos de ensino para facilitar a divulgação das boas práticas e intercâmbio de novas ideias. O incremento do ensino na área de direitos humanos, justiça penal militar e operações psicológicas contribuiu com o aumento da legitimidade das ações estatais, bem como com a melhoria da sensação de segurança e apoio da população.

Da análise das duas últimas décadas de conflito, percebe-se que se tornou necessário conjugar ações que tiveram um caráter bastante repressivo, calcado em ações em força contra o braço armado das ameaças assimétricas, com ações que impactaram sobre fatores intangíveis, notadamente políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito irregular assimétrico colombiano se estende há mais de cinco décadas. Esse oscilou entre períodos de fortalecimento dos movimentos subversivos, quando assumiram a produção e comercialização de narcóticos, e períodos recentes de retomada das ações estatais mais contundentes de repressão, culminando com as atuais tratativas para levar a cabo um complexo acordo de paz.

Durante toda a história do conflito houve inúmeros ensinamentos que podem ser colhidos pelo EB, devido à proximidade dos países e a

transnacionalidade dos ilícitos. A partir do início deste século, os ensinamentos se tornaram mais substanciais para o Brasil.

Em síntese, as ações do governo colombiano, em especial, de suas forças militares, foram integradas por medidas quantitativas e qualitativas. Por mais que as medidas qualitativas tenham se mostrado mais eficazes, elas precisaram ser complementadas pelo aumento do efetivo absoluto das forças militares, que é uma medida eminentemente quantitativa.

Da análise das duas últimas décadas de conflito, percebe-se que se tornou necessário conjugar ações que tiveram um caráter bastante repressivo, calcado em ações em força contra o braço armado das ameaças assimétricas, com ações que impactaram sobre fatores intangíveis, notadamente políticos.

Quando se fala em atuar no espectro político do conflito, conclui-se no estabelecimento de novos indicadores de vitória, onde o ganho de legitimidade perante a opinião pública (interna e externa) e o aumento da percepção de segurança são os verdadeiros centros de gravidade.

Para alcançar esses aspectos, as forças militares, com grande proeminência de seu Exército, investiram seus esforços tanto na área operacional como na área de ensino. Fazer com que essas duas áreas evoluíssem de mãos dadas foi condição fundamental para a evolução do conflito a favor do Estado Colombiano.

Um exemplo disso, foi o esforço em validar as ações das forças militares nos aspectos de respeito aos direitos humanos e corretos procedimentos jurídicos. Todo esse esforço foi coordenado com as tropas que estavam nas áreas de operações e com os estabelecimentos de ensino que davam o suporte teórico para suas ações. Mostrar que a tropa respeita os aspectos jurídicos e os direitos humanos é fundamental no combate moderno.

Por mais que o conflito colombiano esteja intrincado em seu aspecto político, as ações realizadas com mais contundência no aspecto militar proporcionaram vantagens que colocaram o Estado em melhores condições para negociar o tratado de paz. Nesse escopo, a articulação do emprego coordenado da inteligência, da mobilidade aérea e das tropas de operações especiais é uma receita de sucesso que pode ser incorporada às ações do EB, pois temos, nesses aspectos, capacidades semelhantes ao Exército Colombiano.

O emprego das operações psicológicas, articulada em todos os níveis, do tático ao político, e alinhada nos mesmos objetivos, é um fator preponderante em um conflito assimétrico. Isso foi amplamente vivenciado pela Colômbia, sendo uma boa prática que transcende a esfera militar, abarcando também a esfera política do conflito, além de contribuir para ganhar legitimidade junto à população e aumentar a sensação de segurança junto à sociedade.

A luta das ideias ganha notoriedade com a migração do conflito para a área das percepções, onde se protagonizam a legitimidade e a sensação de segurança. Como o campo de batalha assimétrico está em toda parte, o conflito terá que ser vencido com sabedoria.

A migração para um conflito político faz com que alguns tenham a percepção de que “a guerra que a Colômbia não pode perder é a guerra que os militares não podem lutar”. Porém, a atuação das forças militares comprovou que tudo está relacionado, fazendo com que o trabalho conjunto de todas as expressões do poder nacional seja determinante para o êxito.

Ao concluir o presente artigo, após analisar o conflito irregular assimétrico na Colômbia, apresento as seguintes sugestões a serem adotadas pelo EB:

- incremento da integração entre as tropas de operações especiais, a aviação e os órgãos de inteligência;
- criação de um curso de especialização em AEI, devendo os concludentes ser distribuídos pelas organizações militares em todo o país, para atuar em proveito dos elementos de manobra;
- criação de cursos de especialização em direitos humanos, para que sejam difundidos com mais eficácia;
- inclusão de matéria específica versando sobre procedimentos jurídicos nos programas padrão de instrução nos corpos de tropa;
- incremento da atividade de operações psicológicas, fazendo com que seus objetivos sejam alinhados em todos os níveis; e
- flexibilização das doutrinas de guerra convencional, para que os ensinamentos colhidos no combate assimétrico possam ser empregados com mais celeridade nas diversas operações.

Por fim, as medidas adotadas pelas forças militares colombianas trouxeram vantagens ao Estado, diminuindo a influência dos movimentos subversivos e criminosos. Entretanto, o conflito ainda está em processo de pacificação. Como migrou para a sua vertente política, a complexidade tende a diluí-lo ainda por algum tempo.

REFERÊNCIAS

- ALZATE, Luis Fernando Vargas; NOREÑA, Santiago Sosa e DAVID, Hector José Galeano. **The Evolucion of Security in South America: a comparative analysis between Colombia and Brazil**. Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/>>. Acesso em: 26 ago. 2018.
- BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. **Relatório do Curso Internacional de Lancero**. Ministrado pela Escola de Lancero do Exército Colombiano no Forte Tolemaida. Melgar, Ago a Nov. 2006.
- _____. **Relatório do I Curso Internacional de Guerra Assimétrica**. Ministrado pela Escola de Inteligência e Contrainteligência do Exército Colombiano em Bogotá DC, Set a Dez. 2010.
- _____. **Relatório do II Curso Internacional de Guerra Assimétrica**. Ministrado pela Escola de Inteligência e Contrainteligência do Exército Colombiano em Bogotá DC, Jul a Set. 2011.
- CASTRO, Fábio Benvenuti. **Os conflitos assimétricos e a adequação das Forças Armadas**. PADECEME. Rio de Janeiro, 1º sem. 2007.
- CEPIK, Marco e BORBA, Pedro. **Brasil e Colômbia: desafios para a cooperação após Uribe**. Cadernos Adenauer XI, número 4. 2010.
- COLÔMBIA. **II Curso Internacional de Guerra Assimétrica. Ministrado pela Escola de Inteligência e Contrainteligência do Exército Colombiano em Bogotá DC**. Jul a Set. 2011.
- _____. **Jefatura de Educacion y Doctrina**. Patrimonio Histórico y Cultural del Ejército. 200 años de Honor y Gloria. Bogotá – DC – 2009.
- _____. **MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL. Manual Operativo para la desvinculación de niños, niñas y adolescentes; desarme y desmovilización de adultos, y reintegración**. Bogotá – DC – 2008.
- _____. **Política Integral de DDIH y DIH. Cartilha explicativa**. Bogotá – DC – 2010.
- _____. **Revista CEMIL. Reseña histórica: 10 años**. Edição Especial Décimo Aniversário. Bogotá – DC – 2010.
- FILHO, João Estevão dos Santos. **A reestruturação das Forças Armadas da Colômbia: Desenvolvimento de Capacidades e Perfil de Força**. Novas Fronteiras: Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM – SUL – v3, Nr2. Jul a Dez. 2016.
- GALINDO, Carlos Alfonso Sierra. **La combinación de Las Formas de Lucha que usan los Grupos Terroristas em Colombia**. 2. ed. Colômbia: Centro de Análise Sociopolítica, 2009.
- GAZOLA, Miguel Rotundo Barra. **O Programa de Ação Integral Contra Minas Antipessoal da Colômbia e a importância da participação dos militares brasileiros para a projeção das Forças Armadas do Brasil**. 2017
- LANGE, Maria L. **O Processo de Paz entre o Governo de Juan Manuel Santos e as FARC: uma análise à luz da escola de Copenhague**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.
- LIMA, Alexandre Granjeiro de. **O conflito armado assimétrico em curso na Colômbia e as lições que podem ser extraídas para o Exército Brasileiro**. 2015
- MONROY, Mauricio Louzano. **Gato Negro: Uma operación contra una alianza mortal: FARC – Narcotráfico**. Colômbia: Planeta Bogotá, 2001.
- RODRIGUEZ, Guillermo Augusto. **VARGAS, Fernando Antonio. La Cara Oculta del Enemigo: Estrategia subversiva para la toma del poder em Colombia**. 1. ed. Colômbia: Planeta Bogotá, 2002.
- SEGURA, Agustín Alcázar. **El enemigo asimétrico**. Revista Ejército. Bogotá DC, Colômbia, 2006.
- TORRES, Juan Carlos. **Operación Jaque: la verdadera historia**. 2. ed. Colômbia: Planeta Bogotá, 2008.
- VARGAS, Fernando Antonio. **Um País sin Derechos**. 5. ed. Colômbia: Litotécnica, 2001.
- _____. **Comunidades de Paz: Estrategia de Guerra**. Colômbia: Litotécnica, 2006.
- VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular. Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. **A Guerra na Era da Informação**. São Paulo: Contexto, 2018.

NOTAS

- [1] As Forças Militares Colombianas, constituídas pelo Exército, pela Força Aérea e pela Marinha, são as forças armadas da República da Colômbia.
- [2] O Exército Nacional da Colômbia (*Ejército Nacional de Colombia*) é o componente terrestre das forças armadas da Colômbia. É o principal responsável pela defesa do território terrestre nacional, dividindo a responsabilidade com o Corpo de Fuzileiros Navais (*Infanteria de Marina*).
- [3] Ao referir-se aos direitos humanos (DH), o autor engloba o direito internacional humanitário (DIH) e o direito internacional dos conflitos armados (DICA).
- [4] O Plano Colômbia foi o nome de um acordo bilateral entre os governos da Colômbia e dos EUA. Concebido em 1999, durante as administrações dos presidentes Andrés Pastrana e Bill Clinton, foi originalmente projetado para durar seis anos.

